

HABEAS CORPUS Nº 493.126 - SP (2019/0040660-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : CESAR AUGUSTO MOREIRA
ADVOGADO : CESAR AUGUSTO MOREIRA - SP0129373
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALMIR RODRIGUES FERREIRA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. SUPERAÇÃO. INVIABILIDADE. TERATOLOGIA OU FLAGRANTE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA LIMINARMENTE.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ALMIR RODRIGUES FERREIRA contra decisão proferida pelo Desembargador Relator do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o qual, nos autos do HC n.º 2003254-83.2019.8.26.0000, indeferiu o pedido urgente formulado.

Consta dos autos que, após requerimento formulado pelo Secretário de Estado da Administração Penitenciária de São Paulo, o Juízo das Execuções Criminais autorizou, em 05/09/2018, a inclusão do Paciente em regime disciplinar diferenciado pelo período de 360 (trezentos e sessenta) dias – decisão fundamentada no art. 52, *caput* e § 2.º, da Lei n.º 7.210/84 (fls. 166-172).

Irresignada, a Defesa impetrou prévio *habeas corpus* perante o Tribunal estadual, cujo pedido liminar foi indeferido pelo Relator (fls. 173-177).

Nas razões do *writ*, o Impetrante alega, em suma, que o Paciente sofre constrangimento ilegal, pois "*a inserção do Paciente em regime prisional mais grave é intempestiva, está fundamentada em mero discurso e carece de provas, representando verdadeiro abuso de poder*" (fl. 8).

Argumenta que o pedido para a inclusão do Paciente no regime disciplinar diferenciado formulado em 12/06/2018 é extemporâneo, pois a operação em que foram apreendidas as cartas que, segundo o Juiz de primeiro grau, revelaram informações sobre decisões estratégicas de organização criminosa ocorreu em 08/03/2017 – situação que, alegadamente, demonstra a ausência da imprescindibilidade da medida.

Aduz que já foi aplicada sanção administrativa ao Paciente, quando da conclusão da sindicância, consistente no seu isolamento por 30 dias e, por isso, haveria uma dupla punição pelo mesmo fato. Assere que a pendência da conclusão da ação penal que tem por objetivo apurar se o Paciente tem envolvimento com a organização criminosa (Operação Echelon) inibe a implementação da medida.

Destaca que:

"a perícia realizada e utilizada como elemento principal [e único] para se atribuir a responsabilidade ao agravante foi realizada em completo arrepio à norma processual [art. 174 do CPP]. Mais, sabe-se que o exame foi realizado com base em texto colhido do prontuário do preso [texto escrito pelo interno há mais de 04 anos], texto este que se resume a míseras 10 linhas, com cerca de 04 palavras em cada linha. Ou seja, evidente [e não precisa ser perito para atestar tal fato] a falta de material suficiente para a realização do trabalho pericial" (fl. 20).

Expõe, ainda, a carência de fundamentação quanto ao período de 360 (trezentos e sessenta) dias no regime disciplinar diferenciado.

Requer, liminarmente, a suspensão do cumprimento da ordem de internação do Paciente no regime disciplinar diferenciado. No mérito, pleiteia a revogação da decisão do Juízo de primeiro grau. Alternativamente, busca a redução do prazo de internação para o montante mínimo.

É o relatório. Decido.

O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado no Verbete Sumular n.º 691/STF: "*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*", aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça, v.g: HC 117.440/PE, Quinta Turma, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJ de 21/06/2010; HC 142.822/SP, Quinta Turma, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ de 07/12/2009; HC 134.390/MG, Sexta Turma, Rel. Min. OG FERNANDES, DJ de 31/08/2009.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da

tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, subvertendo a regular ordem do processo.

Na hipótese dos autos, inexistente patente ilegalidade apta a ensejar superação da mencionada súmula, sobretudo em razão do que consignou o Juízo de primeiro grau ao determinar a medida, *in verbis* (fls. 168-170; sem grifos no original):

"No mérito, não se trata de conjectura o que está produzido no procedimento de apuração. As ações imputadas ao requerido estão claramente descritas no bojo daquele procedimento, e mais, já foram objeto de denúncia oferecida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo ao Juízo competente, na qual lhe é imputada atuação como 'sintonia final' do 'pcc' e 'sintonia dos Estados'.

Em verdade, merece elogio o extraordinário e heroico trabalho de apuração realizado pelos agentes de segurança da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo.

Em breve síntese, é com orgulho que se viu a inteligente atuação desses zelosos senhores, consistente em recolher manuscritos diretamente da caixa coletora de esgoto da unidade prisional para então reconstruí-los totalmente e identificar plenamente seus autores e conteúdo.

Com o trabalhoso ato, desvendaram a atuação de sete presidiários que assumiram posição estratégica e passaram a decidir as questões importantes da facção criminosa, aproveitando-se do isolamento da cúpula da facção, que naquele período cumpria internação em regime disciplinar diferenciado.

[...]

Tem-se, portanto, a comprovação cabal do envolvimento do representado em imensa liderança de uma das células da facção criminosa 'pcc', com atuação interestadual, que desestrutura toda a segurança.

Ação de inaceitável e extraordinária indisciplina, periculosidade ímpar também, com consequências incalculáveis, sem exagero, para todo o sistema prisional brasileiro e de segurança pública nacional.

*A inclusão do representado em regime disciplinar diferenciado funda-se no art. 52, caput e também no § 2º do mesmo dispositivo legal, ambos da Lei de Execução Penal, dado que **as informações produzidas em escorreito procedimento administrativo disciplinar autorizam concluir sua efetiva participação em crimes de associação criminosa e em todos aqueles por ele ordenados, sendo indubitado, ademais, o seu envolvimento com a facção criminosa.***

O ato ocasionou mais do que a mera subversão da ordem e disciplina interna, em realidade, provocou desassossego e inconformismo nacionais."

O Relator do *habeas corpus* originário indeferiu o pedido liminar à base da seguinte motivação (fls. 173-174):

"Por aqui, uma vez que a pretensão diz respeito ao próprio mérito do writ (cassação da decisão que determinou a transferência para o regime diferenciado disciplinar ou redução do prazo de inclusão), não há como aferir, nos limites restritos dessa fase processual, sobre a existência de manifesta irregularidade, bem como a presença dos requisitos autorizadores da medida (fumus boni juris e periculum in mora).

De qualquer forma, o paciente estaria envolvido com organização criminosa, de sorte que é prematura, nos limites desse juízo de cognição sumária, a imediata desinternação se a decisão que determinou a transferência do paciente está, de alguma forma, fundamentada (fls. 381/387).

Assim, melhor que se aguarde a chegada das informações e o regular desenvolvimento do processo para que seja possível avaliar com maior profundidade a conveniência e oportunidade do pedido."

Diante do que registrado acima – em que não se observa, ao menos *primo ictu oculi*, nenhuma teratologia –, não há como se reconhecer, de plano, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados do Pretório Excelso e deste Superior Tribunal de Justiça.

Destaco que, não havendo notícia de que o Tribunal estadual tenha procedido ao exame meritório, reserva-se primeiramente àquele Órgão a apreciação da matéria ventilada no *habeas corpus* originário, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Corte *a quo*, mormente se o writ está sendo regularmente processado.

Nesse diapasão, cito os seguintes precedentes:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. NÃO CONHECIMENTO DO MANDAMUS. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA NA DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. 'Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do relator que, em *habeas corpus*

requerido a tribunal superior, indefere a liminar' (Súmula 691 do STF).

2. Hipótese em que a Corte de origem indeferiu o pleito liminar por não se verificar os requisitos autorizadores da medida de urgência, pois, em um primeiro exame, há elementos suficientes para a manutenção da sentença condenatória.

3. Não verificada, por ora, a ocorrência de flagrante ilegalidade, apta a justificar o processamento da presente ordem, não cabe a mitigação da Súmula 691 do STF por esta Corte Superior, de forma a resguardar a competência do Tribunal Estadual para análise da questão e evitar a indevida supressão de instância.

4. Hipótese em que não se verifica nos autos informação acerca do trânsito em julgado da sentença condenatória para o Ministério Público, a fim de tornar imutável a reprimenda para a acusação.

5. Agravo regimental não provido." (AgRg no HC 450.794/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe de 28/06/2018.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. SÚMULA N. 691 DO STF. DECISÃO DO RELATOR QUE INDEFERIU O PEDIDO LIMINAR. TERATOLOGIA OU FALTA DE RAZOABILIDADE. REVOGAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO EVIDENCIADA DE PLANO. JULGAMENTO MERITÓRIO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é firme na compreensão de que não tem cabimento o habeas corpus para desafiar decisão do relator que indeferiu o pedido liminar. Inteligência do enunciado sumular n. 691 do Supremo Tribunal Federal (Precedentes).

2. Os rigores do mencionado verbete somente são abrandados nos casos de manifesta teratologia da decisão ou constatação de falta de razoabilidade.

3. Não demonstrada de plano a configuração da flagrante ilegalidade, não há como se afastar o óbice ao conhecimento do remédio constitucional, devendo-se aguardar o julgamento meritório da impetração perante o Tribunal de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Ademais, o decreto segregatório, a despeito de não ter declinado fundamentação exauriente, adotou, como motivação para decidir, 'as razões esposadas a fls. 295/301 e 303/304' (e-STJ, fl. 11), e a defesa constituída não trouxe aos autos cópia de peça essencial ao deslinde da controvérsia, conforme lhe competia, ficando este Superior Tribunal impedido de apreciar a controvérsia.

5. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 451.544/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe de 01/08/2018.)

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

